

**CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL S. MIGUEL DE FERMELÃ**

**Rua do Lameiro, 3865-138 Fermelã**

**Registada na Direcção-Geral de Acção Social, sob o n.º 64/82, nas folhas 129  
verso e 130, no Livro das Fundações de Solidariedade Social**

**CONTRIBUINTE N.º 501 536 167**

**Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais para o  
exercício findo em 31 de Dezembro de 2017  
(valores expressos em euros)**

## Balço

Centro Social e Paroquial de São Miguel de Fermelã

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

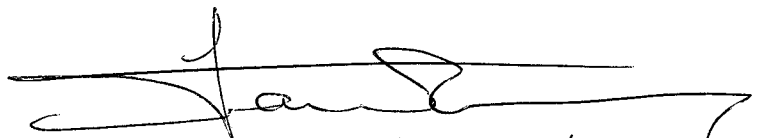
Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2016	31-12-2017
<b>Ativo</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	5	110 333,37	89 241,31
Subtotal		110 333,37	89 241,31
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	7	-	-
Cientes		-	-
Estado e outros Entes Públicos		305,50	-
Outras contas a receber		-	-
Diferimentos	12.1	15 678,36	1 380,57
Caixa e depósitos bancários	12.2	48 767,22	49 467,84
Subtotal		64 751,08	50 848,41
<b>Total do Ativo</b>		<b>175 084,45</b>	<b>140 089,72</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Fundos	12.3	101 446,59	101 446,59
Excedentes técnicos	12,3	30 642,83	30 642,83
Reservas			
Resultados transitados	12.3	(25 786,19)	(22 178,71)
Outras variações nos fundos patrimoniais			
Resultado Líquido do período		3 607,48	(8 014,27)
<b>Total do fundo do capital</b>		<b>109 910,71</b>	<b>101 896,44</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Financiamentos obtidos	6	-	-
Subtotal		-	-
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	12.4	1 551,11	1 336,43
Estado e outros Entes Públicos	12.5	9 130,14	5 846,99
Financiamentos obtidos			
Diferimentos			
Outras contas a pagar	12.6	54 492,49	31 009,86
Outros passivos financeiros			
Subtotal		65 173,74	38 193,28
<b>Total do passivo</b>		<b>65 173,74</b>	<b>38 193,28</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>175 084,45</b>	<b>140 089,72</b>

Fermelã, 20 de Março 2018

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

A DIREÇÃO

Joaquim Oliveira, Técnico Oficial de Contas  
 Maria Emília Félix A. Ferreira

## Demonstração dos Resultados por Naturezas

Centro Social e Paroquial de São Miguel de Fermelã

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

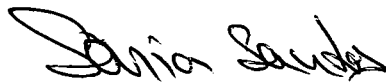
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Unidade Monetária: Euros

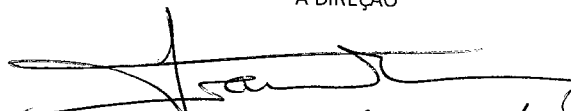
RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2016	2017
Vendas e serviços prestados	8	73 255,19	86 831,71
Subsídios, doações e legados à exploração	9	222 551,06	211 027,81
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	(17 361,81)	(18 991,34)
Fornecimentos e serviços externos	12.8	(35 101,41)	(39 977,23)
Gastos com o pessoal	10	(222 678,96)	(224 744,70)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	12.9	1 867,59	-
Outros gastos e perdas	12.10	(1 499,93)	(884,68)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>21 031,73</b>	<b>13 261,57</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(17 348,05)	(21 230,64)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>3 683,68</b>	<b>(7 969,07)</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	12.11	3,80	-
Juros e gastos similares suportados	12.11	(80,00)	(45,20)
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>3 607,48</b>	<b>(8 014,27)</b>
Imposto sobre o rendimento do período			
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>3 607,48</b>	<b>(8 014,27)</b>

Fermelã, 20 de Março 2018

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS



A DIREÇÃO



Joaquim Oliveira  
 Raia Emília Félix A. Ferreira

## Demonstração dos Resultados por Funções

Centro Social e Paroquial de São Miguel de Fernelâ  
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Unidade Monetária: Euros

	Notas	creche	Jardim	Atl	PERÍODOS	
					2017	2016
<b>RENDIMENTOS E GASTOS</b>						
Vendas e serviços prestados	9	34 514,01	33 361,72	18 955,98	86 831,71	86 831,71
Subsídios, doações e legados à exploração	10	111 728,71	81 352,71	17 946,39	211 027,81	211 027,81
Variação nos inventários da produção						
Trabalhos para a própria entidade						
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	(9 495,67)	(9 495,67)		(18 991,34)	(18 991,34)
Fornecimentos e serviços externos	13.10	(14 447,68)	(14 447,81)	(11 081,74)	(39 977,23)	(39 977,23)
Gastos com o pessoal	11	(81 965,42)	(82 765,51)	(60 013,77)	(224 744,70)	(224 744,70)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)						
Provisões (aumentos/reduções)						
Provisões específicas (aumentos/reduções)						
Aumentos/reduções de justo valor	13.11					
Outros rendimentos e ganhos	13.12	(319,72)	(256,18)	(308,78)	(884,68)	(884,68)
Outros gastos e perdas						
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		40 014,23	7 749,26	(34 501,92)	13 261,57	13 261,57
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5/6	(7 214,30)	(7 214,30)	(6 802,04)	(21 230,64)	(21 230,64)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		32 799,93	534,96	(41 303,96)	(7 969,07)	(7 969,07)
Juros e rendimentos similares obtidos	7					
Juros e gastos similares suportados		(16,55)	(12,41)	(16,24)	(45,20)	(45,20)
<b>Resultados antes de impostos</b>		32 783,38	522,55	(41 320,20)	(8 014,27)	(8 014,27)
Imposto sobre o rendimento do período						
<b>Resultado líquido do período</b>		32 783,38	522,55	(41 320,20)	(8 014,27)	(8 014,27)

Fernelâ, 20 de Março 2018


O TÉCNICO QUELICAL DE CONTAS



CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL S. MIGUEL DE FERNELÂ  
 FERNELÂ

NIF: 501536167 - Publicação em Diário da República

A DIREÇÃO



Youngmin Oliveira, lps  
 Maria Emilia Felix A. Faveira

# Demonstração dos Fluxos de Caixa

Centro Social e Paroquial de São Miguel de Fermelã

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Unidade Monetária: Euros

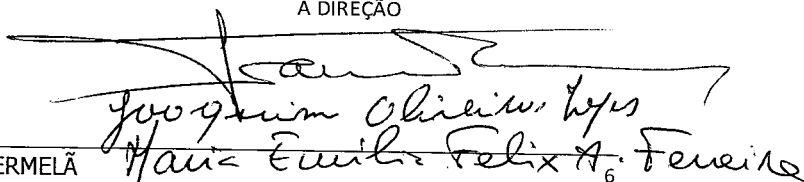
RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2016	2017
<b>Fluxos de caixa das actividade operacionais - método directo</b>			
Recebimentos de clientes e utentes (vdas + cl)		73 255,19	86 831,71
Pagamentos de subsídios			-
Pagamentos de apoios			
Pagamentos de bolsas			
Pagamento a fornecedores (cp+fse+saldo fn)		(54 014,33)	(60 305,00)
Pagamentos ao pessoal (custospessoal+245ss)		(158 139,16)	(151 334,26)
Caixa gerada pelas operações		(138 898,30)	(124 807,55)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		209 608,58	223 087,81
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		70 710,28	98 280,26
<b>Fluxos de caixa das actividade de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis		(22 915,19)	-
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros Ativos			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros Ativos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares		3,80	-
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		(22 911,39)	-
<b>Fluxos de caixa das actividade de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos		66 000,00	-
Realizações de fundos			-
Cobertura de prejuizos			
Doações			
Outras operações de financiamento		-	-
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos	6		-
Juros e gastos similares	6	(80,00)	(45,20)
Dividendos			
Reduções do fundo			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		65 920,00	(45,20)
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		113 718,89	98 235,06
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		64 951,67	48 767,22
Caixa e seus equivalentes no fim do período	12.2	48 767,22	49 467,84

Fermelã, 20 de Março 2018

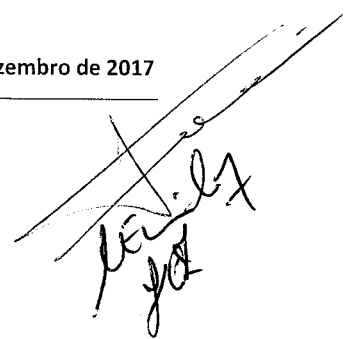
O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS



A DIREÇÃO



## Anexo



### 1. Identificação da Entidade

O Centro Social e Paroquial de S. Miguel de Fermelã é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de uma IPSS.

Tem como principais atividades:

- Apoio à primeira e segunda infância;
- Apoio aos jovens na organização e orientação de atividades de ocupação dos tempos livres, orientação profissional e prática desportiva;

O âmbito de ação do Centro Social e Paroquial de S. Miguel de Fermelã abrange preferencialmente as freguesias de Fermelã, podendo estendendo-se a outras freguesias vizinhas, na estreita medida dos recursos disponíveis.

### 2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2017 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março, que integra o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho. No Anexo II do Decreto-Lei n.º 36-A/2011, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março; e
- Normas Interpretativas (NI).
- NCRF-ESNL - Aviso 8259/2015
- Demonstrações Financeiras (Portaria 220/2015)

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social) para este normativo é 1 de Janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

### 3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

#### 3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

##### 3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

##### 3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" (Nota 13) e "Diferimentos" (Nota 13)

##### 3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando

ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

#### **3.1.4. Materialidade e Agregação:**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

#### **3.1.5. Compensação**

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

#### **3.1.6. Informação Comparativa**

A informação comparativa é divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, sendo as políticas contabilísticas levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação são divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

### **3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração**

#### **3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis**

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "*Outros rendimentos operacionais*" ou "*Outros gastos operacionais*".

### **3.2.2. Ativos Intangíveis**

Os "*Ativos Intangíveis*" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles permitam atividades presentes e futuras para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as "*Despesas de investigação*" incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais permitam atividades presentes e futuras. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

O valor residual de um "Ativo Intangível" com vida útil finita é assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

### 3.2.3. Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (*first in, first out*).

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

### 3.2.4. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

#### Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

#### Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outras contas a pagar*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

### **3.2.5. Fundos Patrimoniais**

A rubrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

### **3.2.6. Provisões**

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

### **3.2.7. Financiamentos Obtidos**

#### Empréstimos obtidos

Os “*Empréstimo Obtidos*” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “*Encargos Financeiros*” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”.

## **4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:**

---

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

## **5. Ativos Fixos Tangíveis**

---

### **Outros Ativos Fixos Tangíveis**

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

## Outros Ativos Fixos Tangíveis

	31 de Dezembro de 2017					
	Saldo em 01-Jan-2017	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2017
<b>Custo</b>						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	388 829,14	-	-	-	-	388 829,14
Equipamento básico	43 848,47	-	-	-	-	43 848,47
Equipamento de transporte	56 049,14	-	-	-	-	56 049,14
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	16 082,65	-	-	-	-	16 082,65
Outros Ativos fixos tangíveis	9 656,10	-	-	-	-	9 656,10
<b>Total</b>	<b>514 465,50</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>514 465,50</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	305 758,89	12 452,68	-	-	-	318 211,57
Equipamento básico	40 912,28	635,74	-	-	-	41 548,02
Equipamento de transporte	32 060,75	7 916,58	-	-	-	39 977,33
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	15 744,11	225,64	-	-	-	15 969,75
Outros Ativos fixos tangíveis	9 656,10	-	-	-	-	9 656,10
<b>Total</b>	<b>404 132,13</b>	<b>21 230,64</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>425 362,77</b>

Em 2017 não houve aquisições.

## 6. Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

## 7. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2017 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

### Inventários

Descrição	Inventário em 01-Jan-2017	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2017	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2016
Mercadorias	-	18 991,34	-	-	17 361,81	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	-	-	-	-	-	-	-
Produtos Acabados e intermédios	-	-	-	-	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>18 991,34</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>17 361,81</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				18 991,34			17 361,81
Variações nos inventários da produção				-			-

Os bens adquiridos são quase na totalidade consumidos de imediato, não havendo praticamente stocks, pelo que a existência final é sempre assumida como zero.

**8. Rédito**

Para os períodos de 2016 e 2017 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

**Rédito**

Descrição	2016	2017
Vendas	-	-
Prestação de Serviços	<b>73 255,19</b>	<b>86 831,71</b>
Quotas dos utilizadores	70 401,04	80 975,02
Outras receitas	2 854,15	5 856,69
<b>Total</b>	<b>73 255,19</b>	<b>86 831,71</b>

**9. Subsídios do Governo e apoios do Governo**

A 31 de Dezembro de 2016 e 2017, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

**Subsídios**

Descrição	2016	2017
<b>Subsídios do Governo</b>	<b>179 598,11</b>	<b>186 746,57</b>
Acordo Segurança Social	179 598,11	186 746,57
Subsidio Eventual - Equilibrio Financeiro	-	-
<b>Apoios do Governo</b>	<b>3 973,92</b>	<b>11 355,72</b>
Fundo de compensação Pré-escola	3 973,92	11 355,72
<b>Total</b>	<b>183 572,03</b>	<b>198 102,29</b>

Descrição	2016	2015
Subsídios de outras entidades	-	-
Câmara Municipal	2 295,00	1 670,00
Donativos	19 706,99	8 571,50
Consignação IRS	2 166,97	2 684,02
<b>Total</b>	<b>24 168,96</b>	<b>12 925,52</b>

**10. Benefícios dos empregados**

Os órgãos diretivos não auferem qualquer remuneração, de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2017 manteve-se em 16 (em 31/12/2016 também foi de 16).

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

### Benefícios dos Empregados

Descrição	2016	2017
Remunerações aos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações ao Pessoal	181 009,24	182 124,18
Benefícios Pós-Emprego	-	-
Indemnizações	-	-
Encargos sobre as Remunerações	39 901,15	40 832,97
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	1 194,37	1 174,49
Gastos de Acção Social	-	-
Outros Gastos com o Pessoal	574,20	613,06
<b>Total</b>	<b>222 678,96</b>	<b>224 744,70</b>

## 11. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

## 12. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

### 12.1. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2017, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Diferimentos		
Descrição	2016	2017
<b>Gastos a reconhecer</b>		
Seguro	868,29	1 380,57
<b>Total</b>	<b>868,29</b>	<b>1 380,57</b>
<b>Rendimentos a reconhecer</b>		
Compensação salarial Pré.-escolar	12 060,00	12 062,64
Consignação IRS e IVA	2 750,07	2 684,02
Direito de superfície		
Formação Modulares		
Outros		
<b>Total</b>	<b>14 810,07</b>	<b>14 746,66</b>

## 12.2. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2016 e 2017, encontrava-se com os seguintes saldo:

Caixa e Depósitos Bancários		
Descrição	2016	2017
Caixa	2 495,94	1 571,13
Depósitos à ordem	13 771,28	34 896,71
Depósitos a prazo	-	-
Outros	31 500,00	13 000,00
<b>Total</b>	<b>47 767,22</b>	<b>49 467,84</b>

## 12.3. Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

## Fundos Patrimoniais

Descrição	Saldo em 01,01,2017	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31,12,2017
Fundos	101 446,59	-	-	101 446,59
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-
Resultados transitados	(62 777,28)	40 598,57	-	(22 178,71)
Excedentes de revalorização	30 642,83	-	-	30 642,83
Outras variações nos fundos patrimoniais	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>69 312,14</b>	<b>40 598,57</b>	<b>-</b>	<b>109 910,71</b>

## 12.4. Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

## Fornecedores

Descrição	2016	2017
Fornecedores c/c	1 551,11	1 336,43
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência	-	-
<b>Total</b>	<b>1 551,11</b>	<b>1 336,43</b>

## 12.5. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

## Estado e Outros Entes Públicos

Descrição	2016	2017
<b>Ativo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	1,06	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	304,44	435,90
Outros Impostos e Taxas	-	-
<b>Total</b>	<b>305,50</b>	<b>435,90</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	-
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	1 573,70	1 074,68
Segurança Social	7 556,44	4 772,31
Outros Impostos e Taxas	-	-
<b>Total</b>	<b>9 130,14</b>	<b>5 846,99</b>

**12.6. Outras Contas a Pagar**

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

*[Handwritten signature]*

<b>Outras contas a pagar</b>				
Descrição	2016		2017	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
<b>Pessoal</b>	-	<b>10 307,60</b>	-	<b>3 151,14</b>
Remunerações a pagar	-	10 307,60	-	3 151,14
Cauções	-	-	-	-
Outras operações-"Ticket infancia"	-	-	-	-
Perdas por Imparidade acumuladas	-	-	-	-
<b>Fornecedores de Investimentos</b>	-	-	-	-
<b>Credores por acréscimos de gastos</b>	-	<b>32 142,89</b>	-	<b>32 605,38</b>
Outros credores	-	12 042,00	-	10 000,00
<b>Outros devedores ( IRS e Compens pré)</b>	-	-	-	<b>(14 746,66)</b>
<b>Total</b>	-	<b>54 492,49</b>	-	<b>31 009,86</b>

**12.7. Subsídios, doações e legados à exploração**

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 9.

**12.8. Fornecimentos e serviços externos**

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2017, foi a seguinte:

**Fornecimentos e Serviços Externos**

Descrição	2016	2017
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	15 756,68	18 664,34
Materiais	429,41	1 377,88
Energia e fluidos	11 469,60	11 689,98
Deslocações, estadas e transportes	9,47	5,92
Serviços diversos (*)	7 436,25	8 239,11
Rendas	-	-
Comunicação	1 002,59	631,12
Seguros	1 152,48	1 831,95
<b>Total</b>	<b>35 101,41</b>	<b>39 977,23</b>

**12.9. Outros rendimentos e ganhos**

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

**Outros Rendimentos e Ganhos**

Descrição	2016	2017
Rendimentos Suplementares	-	-
Descontos de pronto pagamento obtidos	40,14	-
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Ganhos em inventários	-	-
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	-	-
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	1 041,33	-
Outros rendimentos e ganhos	786,12	-
<b>Total</b>	<b>1 867,59</b>	-

**12.10. Outros gastos e perdas**

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

**Outros Gastos e Perdas**

Descrição	2016	2017
Impostos	352,85	553,62
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-
Dívidas incobráveis	-	-
Perdas em inventários	-	-
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	-	-
Gastos e perdas investimentos não financeiros	-	-
Outros Gastos e Perdas	1 147,08	331,06
<b>Total</b>	<b>1 499,93</b>	<b>884,68</b>

**12.11. Resultados Financeiros**

Nos períodos de 2016 e 2017 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

**Resultados Financeiros**

Descrição	2016	2017
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados	1,37	-
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	78,63	45,20
<b>Total</b>	<b>80,00</b>	<b>45,20</b>
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos	3,80	-
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
<b>Total</b>	<b>3,80</b>	<b>-</b>
<b>Resultados financeiros</b>	<b>(76,20)</b>	<b>(45,20)</b>

**12.12. Acontecimentos após data de Balanço**

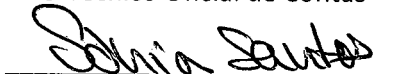
Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

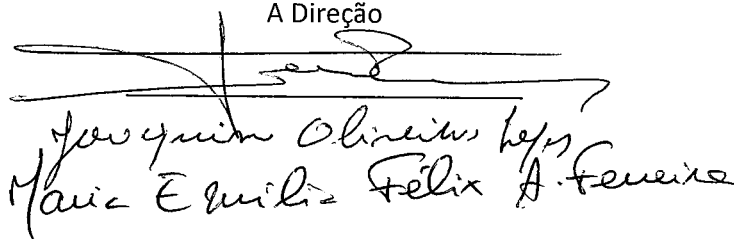
As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2017 foram aprovadas pela Direção em dia 23 de Março de 2018.

Fermelã, 23 de Março de 2018

O Técnico Oficial de Contas



A Direção



Joaquim Oliveira Baptista  
Márcia Emília Félix A. Ferreira